



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Paraná
13ª Vara Federal de Curitiba

Av. Anita Garibaldi, 888, 2º andar - Bairro: Cabral - CEP: 80540-901 - Fone: (41)3210-1680 - www.jfpr.jus.br - Email: prctb13@jfpr.jus.br

PETIÇÃO Nº 5025690-40.2023.4.04.7000/PR

REQUERENTE: ALBERTO YOUSSEF

REQUERIDO: POLÍCIA FEDERAL/PR

DESPACHO/DECISÃO

Síntese fático-processual

Trata-se de processo distribuído pela defesa do Sr. **Alberto Youssef** objetivando a *"obtenção de prova para avaliação da voluntariedade e espontaneidade da Colaboração com eventuais reflexos na validade do Acordo de Colaboração"*.

Sustenta na inicial que teria havido a localização de um aparelho de escuta ambiental nas dependências da carceragem da Polícia Federal em Curitiba/PR, especificamente no interior de sua cela, quando lá permaneceu no início da Operação Lava-Jato no ano de 2014. Por essa razão, requereu: (i) a solicitação da integralidade dos autos de Sindicância n 05/2017 COGER, 04/2014 COGER, 04/2015 COGER e 05/2015 COGER, especialmente o conteúdo da escuta; (ii) fossem avocados os autos do Acordo de Colaboração Premiada n 5002400-74.2015.4.04.7000; assim como (iii) a elevação do sigilo dos autos (ev. 01).

O juízo deferiu os pedidos formulados, determinando a expedição de ofício ao Diretor Geral da Polícia Federal, para que fossem encaminhadas cópias integrais das Sindicâncias Administrativas requeridas (ev. 02).

Foram juntados aos autos as Sindicâncias com documentos e mídias COGER 04/2015 e 05/2015 (ev. 09 e 10).

Houve reiteração do pedido de avocação dos autos em trâmite na 12ª Vara de Colaboração Premiada (ev. 17), o que foi deferido em decisão seguinte (ev. 19).

Após a juntada das respectivas sindicâncias, o juízo determinou a comunicação da Superintendência da Polícia Federal do Paraná para que, querendo, fosse instaurado inquérito policial diante da constatação de "indícios concretos e documentados acerca do cometimento de graves delitos, em tese, na referida carceragem" (ev. 24).

Foi juntada notícia crime pela defesa do Delegado Federal Mário Castanheira Fanton e APF Dalmey Fernando Werlang em desfavor dos "13 Procuradores da República da força-tarefa da Lava Jato, Delegados Federais, com destaque à TÂNIA MARIA MATOS FERREIRA FOGAÇA, Agentes e Escrivães da mesma força-tarefa e também do ex-Juiz SÉRGIO MORO, dentre outros a serem identificados" sugerindo o encaminhamento ao Diretor Geral da Polícia Federal para apuração. Afirmou-se na notícia a existência de irregularidades ocorridas na Operação Lava-Jato, especialmente a cerca de escuta ambiental

5025690-40.2023.4.04.7000

700016063358.V43



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Paraná
13ª Vara Federal de Curitiba

na cela do peticionário Sr. **Alberto Youssef**, a realização de sindicância e inquéritos fraudulentos, com o envolvimento de diversos agentes públicos, além de possíveis crimes (ev. 28).

Aberta vista ao MPF (ev. 30).

Peticionante externo aos autos, Dr. **Rodrigo Tacla Duran**, requereu a suspensão dos presentes autos, nos mesmos termos da suspensão dos autos 5035144-88.2016.4.04.7000, em razão de decisão proferida na Reclamação 43.000 pelo STF, com o respectivo encaminhamento de cópias ao e. Min. Dias Tofolli (ev. 32).

Defesa reiterou seus pedidos iniciais (ev. 36).

Após manifestação do MPF (ev. 37), foi determinada a retirada do sigilo dos autos, bem como se sobrestou a análise dos pedidos acima formulados nos ev. 32 e 36, após a manifestação do MPF (ev. 39).

Após requerimento de reabertura de prazo por acesso recente das decisões (ev. 44), que restou deferido posteriormente (ev. 50), o MPF interpôs correição parcial e exceção de suspeição em relação ao juízo (ev. 48).

Defesa requereu fossem (i) requisitadas cópias dos áudios da escuta ambiental do ano de 2014 à Direção da Polícia Federal; (ii) expedido ofício à 12ª Vara Federal de Curitiba para avocar os autos do seu Acordo de Colaboração Premiada; (iii) oficiada à Superintendência da Polícia Federal do Paraná para informar sobre eventual instauração de inquérito policial; (iv) fosse apreciado o pedido formulado pelo peticionante externo Dr. **Rodrigo Tacla Duran** (ev. 36); bem como (iv) permitido o acesso, com a ciência do respectivo número, a eventuais autos de “procedimento próprio que tramitaria em sigilo no MPF”, segundo narrado no ev. 42 dos autos de IPL 5003191-72.2017.4.04.7000. (ev. 54).

Em atenção ao ofício da decisão do ev. 24, a Coordenação-Geral de Assuntos Internos da PF/Brasília, após relatar e se manifestar sobre cada uma das sindicâncias e procedimentos internos, aduziu inexistirem razões novas que assim justificasse uma reabertura de investigação administrativa (ev. 76).

O MPF, em atenção ao despacho inicial do ev. 30, manifestou-se sustentando que fosse (i) reconhecida a incompetência deste juízo, com a respectiva nulidade das decisões anteriormente proferidas, sobretudo de eventos 02, 06, 16 e 24; (ii) desentranhadas as manifestações juntadas nos ev. 28 e ev. 32 por ilegitimidade processual; (iii) o não conhecimento da reiteração dos pedidos iniciais manifestados na petição de ev. 36, com o conseqüente arquivamento do feito (ev. 80)

Decisão acolhe a incompetência do juízo (ev. 83)

MPF ratifica em sua manifestação a argumentação apresentada no ev. 80 (ev. 106).



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Paraná
13ª Vara Federal de Curitiba

Juízo da 23ª Vara Federal de Curitiba, discordando das razões da decisão de ev. 83, suscitou conflito negativo de competência (ev. 109), o que foi acolhido pelo TRF4 e comunicado nestes autos (ev. 118).

Sendo estes os últimos atos processuais, passo a decidir.

1. Desentranhamento de petições

Quanto ao pedido de desentranhamento das manifestações do Dr. **Rodrigo Tacla Duran**, bem como da Dra. **Elioená Asckar Fanton**, embora seja evidente a ausência de legitimidade processual de ambos para atuar no feito (razão pela qual não os conheço) já que não estão na triangulação processual, entendo desnecessário, haja vista que a sua manutenção não causa tumulto processual e todos já se manifestaram a seu respeito.

01. Assim, **indefiro** os pedidos formulados por quem não é parte nos autos (ev. 28 e ev. 32), bem com o pedido do MPF de desentranhamento (ev. 80).

Intimem-se desta decisão por e-mail os referidos advogados, bem como **se intime** o Ministério Público Federal.

2. Juntada de sindicâncias e áudios de escuta ambiental

Quanto ao pedido de juntada das sindicâncias acima mencionadas (ev. 01, 36 e 54), inobstante a declaração de nulidade das decisões de ev. 02, 06, 19 e 24, em decorrência do julgamento da Correição Parcial 5021937-26.2023.4.04.000, observo que já foi em parte cumprido, uma vez que já constam nos autos as Sindicâncias COGER/DPF 04/2015 (ev. 09) e 05/2015 (ev. 10). Ademais, como anexo da Sindicância COGER/DPF 04/15, está a Sindicância SR/DPF/PR 04/2014 (ev. 9.2 e ev. 9.3). Quanto a estas três, naturalmente, resta neste momento prejudicado.

De conseqüência, persiste ainda o requerimento do autor não cumprido de juntada da Sindicância COGER/DPF 05/2017, bem como dos áudios referentes à alegada escuta ambiental realizada em sua cela quando esteve preso na Polícia Federal de Curitiba no ano de 2014, além do requerimento de avocação dos autos de Colaboração Premiada 5002400-74.2015.4.04.7000, hoje em cumprimento perante a 12ª Vara Federal de Curitiba.

Uma vez que foram declaradas nulas as decisões anteriormente proferidas de ev. 02, 06, 19 e 24, entendo ser necessário o seu enfrentamento e deferir os pedidos formulados.

Para além da existência da Súmula Vinculante 14 do STF, o que por si só já daria a resposta pretendida em razão de sua autoridade, parece-me indispensável que a parte e seu defensor tenham acesso a todos os procedimentos já formalizados em sede administrativa que lhe digam respeito, sobretudo quando há duas questões fundamentais em discussão: (i) a



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Paraná
13ª Vara Federal de Curitiba

possibilidade de eventual utilização de provas aqui colhidas, para uma revisão ou anulação dos termos do acordo de Colaboração Premiada “contratado” pelo Sr. Sr. **Alberto Youssef** nos autos 5002400-74.2015.4.04.7000 com o MPF (o que, evidentemente, deverá ser feito perante o STF e não neste juízo); (ii) a possibilidade de utilização de provas aqui colhidas para a reabertura das investigações a respeito de eventual escuta ambiental clandestina realizada e conseqüentemente eventual punição de envolvidos.

Trata-se de direito elementar, fruto da racionalização do sistema jurídico de garantias, que se vem construindo há algumas décadas, de que quaisquer cidadãos e cidadãs podem se utilizar quando se sentirem prejudicados ou desrespeitados por eventual atuação arbitrária do Estado. No caso em concreto, o acesso a tais sindicâncias e escutas ambientais já deveria ter sido franqueada em sede administrativa, mas não o foi e não cabe à burocracia administrativa restringi-lo.

O exercício do poder punitivo deve sempre ocorrer pelo Estado em benefício da sociedade (plural), mas obviamente precisa ser claro, coerente, ético e seguro, seguindo regras estruturais do ordenamento jurídico brasileiro previstas no emaranhado de normas administrativas, legais e constitucionais, bem como os direcionamentos e as interpretações jurisprudenciais. Eis um dos traços marcadamente civilizatórios do regramento doméstico e de sua natureza democrática.

Portanto, ainda que o acesso a tais sindicâncias e escutas ambientais em nada altere as circunstâncias da vida dos envolvidos, ao menos o acesso e a possibilidade de decisão não podem ser impedidos pelo Estado. Ademais, se elas ocorreram, de modo clandestino, parece-me também de interesse da sociedade que tais fatos possam ser claramente apurados, inclusive evitando responsabilização de quem sequer teve alguma relação com eles.

Assim, o acesso à Sindicância COGER/DPF 05/2017, que trata de processo disciplinar instaurado em desfavor do APF DALMEY, por ter supostamente realizado entre 17.03.14 e 28.03.14, sem ordem judicial, a referida escuta ambiental, e que foi arquivado por “não terem restado caracterizadas as transgressões disciplinares” a ele imputadas, bem como estar “prescrita a pretensão punitiva” disciplinar, é direito do Sr. **Alberto Youssef**.

De igual modo, e, sobretudo, também é seu direito o acesso a estas escutas ambientais clandestinas realizadas no período em que esteve preso, pois, se de fato ocorreram, cabe a ele decidir se elas são ou não pertinentes a seu respeito, e não às autoridades administrativas por vontade própria assim concluírem, conforme ficou manifestado na Informação 153/2015 (ev. 09, PRACADM1, p. 132-136). O que fará a defesa com estas escutas, se existiram, não cumpre a este juízo.

No entanto, apesar de reconhecer este direito, é preciso destacar que foi instaurado anteriormente pelo juízo desta vara, a **Representação Criminal nº 5028753-20.2016.4.04.7000** a partir da Sindicância n 04/2015. Naquele feito, atendendo solicitação do MPF (ev. 20, PARECER MPF1), foi encaminhado pela COAIN/COGER/PF o HD externo "*contendo cópia das mídias que instruem a Sindicância Investigaiva nº 04/2015-COGER/PF, inclusive aquele anexada ao Laudo nº 858/2015-INC/DITEC/DPF*".



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Paraná
13ª Vara Federal de Curitiba

Este material foi em seguida encaminhado ao MPF em 11.04.17, conforme certidão do ev. 28 desta Representação mencionada, e não foi restituído desde então a esta Vara, nem mesmo após o arquivamento do feito por decisão de ev. 52, ocorrido em 2019.

Portanto, **defiro** o pedido da defesa e **autorizo o acesso** a Sindicância nº 05/2017 COGER/DPF e aos autos de Representação Criminal nº 5028753-20.2016.4.04.7000, inclusive ao conteúdo armazenado no HD que instruiu o Laudo nº 585/2015.

2.1. Oficie-se ao Diretor Geral da Polícia Federal em Brasília solicitando cópia integral da Sindicância n 05/2017 COGER/DPF, preferencialmente no prazo de 5 (cinco) dias.

2.2. Providencie a Secretaria a **permissão de acesso** à defesa do Sr. Alberto Youssef aos autos da Representação Criminal nº 5028753-20.2016.4.04.7000.

2.3. Intime-se o Ministério Público Federal para, **com urgência**, no prazo de 3 (três) dias, restituir a este Juízo o HD externo que instruiu o Laudo nº 585/2015 e que lhe foi encaminhado na data de 11/04/2017 para subsidiar sua manifestação nos autos nº 5028753-20.2016.4.04.7000.

3. Avocação dos autos de Colaboração Premiada

A defesa do Sr. **Alberto Youssef** requereu sejam avocados os autos de Acordo de Colaboração Premiada nº 5002400-74.2015.4.04.7000.

Os autos de Petição nº 5002400-74.2015.4.04.7000 tramitaram inicialmente perante esta 13ª Vara Federal por força de ofício expedido pelo Supremo Tribunal Federal na Petição nº 5245/DF, responsável pela homologação do acordo de colaboração premiada firmado entre o Sr. Sr. **Alberto Youssef** e o Ministério Público Federal, para fins de fiscalização do acordo.

Em vista das condenações impostas ao réu colaborador e a distribuição da Execução Penal nº 5024663-32.2017.4.04.7000, determinou-se a redistribuição dos autos nº 5002400-74.2015.4.04.7000 ao Juízo da 12ª Vara Federal, por dependência à execução penal, que passou a ser responsável pela “fiscalização” do acordo de colaboração premiada.

Entendo que a avocação, neste momento processual, apenas traria tumulto e em nada serviria ao peticionante. Isto porque os autos de colaboração foram para a 12ª Vara não em desrespeito à decisão do STF, ou mesmo por uma escolha aleatória, mas em razão de regras internas administrativas da Justiça Federal, já que todas as espécies de acordos (transação penal, sursis processual, ANPP) assim as penas substitutivas de todas as varas federais criminais de Curitiba são encaminhadas para a 12ª Vara, por racionalização do



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Paraná
13ª Vara Federal de Curitiba

sistema de justiça, podendo aquela vara, especializada em “execução penal”, que conta com conhecimento, estrutura, entidades cadastradas, procedimentos próprios ser mais adaptada e eficiente na implementação destes atos processuais.

Ademais, o acesso às provas que se franqueia nestes autos, sobretudo a partir desta decisão, não impedirá, se assim for de interesse do peticionante, de buscar a revisão ou não do seu Acordo de Colaboração Premiada, que, como dito, não será feito perante este juízo e sim perante o STF. Logo, desnecessária, ao menos pelas razões que foram apresentadas nos autos pela defesa, a sua avocação.

Ante o exposto, **indefiro** o pedido de avocação dos autos nº 5002400-74.2015.4.04.7000.

4. Intimem-se.

Documento eletrônico assinado por **GUILHERME ROMAN BORGES, Juiz Federal Substituto na Titularidade Plena**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 4ª Região nº 17, de 26 de março de 2010. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico <http://www.trf4.jus.br/trf4/processos/verifica.php>, mediante o preenchimento do código verificador **700016063358v43** e do código CRC **00d8cdfd**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): GUILHERME ROMAN BORGES
Data e Hora: 3/7/2024, às 17:48:55

5025690-40.2023.4.04.7000

700016063358.V43